



Eixo: Política social e Serviço Social.
Sub-eixo: Política de educação.

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU E SERVIÇO SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE OS DESAFIOS À FORMAÇÃO PERMANENTE DE ASSISTENTES SOCIAIS NO CONTEXTO DE AVANÇO DO IDEÁRIO LIBERAL DE EDUCAÇÃO-MERCADORIA

MARIA TAÍDE SOARES DA SILVA DE ABREU¹

Resumo: O presente trabalho tem por principal objetivo analisar a partir da apreensão das assistentes sociais inseridas no Curso de Especialização em Políticas Sociais do Programa de Pós-Graduação da UNIGRANRIO, quais princípios metodológicos norteadores da formação profissional, nesse curso de especialização e sua contribuição para a formação de assistentes sociais, no que tange a educação permanente defendida pelo Serviço Social. Trata-se de uma pesquisa exploratória, com a utilização da pesquisa de campo para ter acesso aos dados que serão analisados qualitativamente, com o aporte teórico marxista. Os instrumentos de coleta de dados foram entrevistas com grupos focais e aplicação de questionário.

Palavras-chave: Serviço Social; Educação Permanente; Pós-Graduação Lato Sensu; Educação Superior Privada; Educação-Mercadoria.

Abstract: The main objective of the present study is to analyze, from the apprehension of the social workers enrolled in the Specialization Course in Social Policies of the Graduate Program of UNIGRANRIO, which methodological principles guiding the professional formation, in this course of specialization and its contribution to the formation of social workers, regarding the permanent education defended by the Social Work. It is an exploratory research, using the field research to have access to the data that will be analyzed qualitatively, with the theoretical Marxist contribution. The instruments of data collection were interviews with focus groups and questionnaire application.

Keywords: Social Work; Permanent Education; Post-Graduation Lato Sensu; Private Higher Education; Education-Merchandise.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte do Trabalho de Conclusão de Especialização em Políticas Sociais, do Programa de Pós-Graduação da Universidade UNIGRANRIO. Tem como principal objetivo analisar a partir da apreensão das

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: <maria.taidesoaresdeabreu@hotmail.com>.

assistentes sociais inseridas no Curso de Especialização em Políticas Sociais do Programa de Pós-Graduação da UNIGRANRIO, quais princípios metodológicos norteadores da formação profissional, nesse curso de especialização, e sua contribuição para a formação de assistentes sociais, no que tange a educação permanente defendida pelo Serviço Social.

O interesse pela temática se dá diante do crescimento avassalador de cursos de Serviço Social no Brasil, sobretudo, em Instituições privadas de Ensino Superior, do avanço dos cursos na modalidade à distancia (EAD), e do aligeiramento da formação profissional, o que acaba não cumprindo do que preconiza as Diretrizes da Associação Brasileira em Ensino e Pesquisa (ABEPSS) acerca da tríade Ensino, Pesquisa e Extensão, sobretudo, nas Instituições de ensino Privada

As transformações que ocorreram com a crise estrutural do capital a partir da década de 1970 trouxeram sérios impactos no padrão de proteção social no mundo. Estados de Bem estar Social vem ruindo, e em países de economia periférica como é o caso do Brasil, o qual não viveu um Estado de Bem Estar social, a redução nos investimentos nas políticas sociais conquistadas no bojo do processo de redemocratização e com forte presença de sujeitos comprometidos com a cidadania e democracia brasileira, vem trazendo a tona que o Estado vem se desobrigando de suas funções de materializador das poucas e deficientes políticas sociais.

É nesse contexto de profundas incertezas para a classe trabalhadora que avança o processo de mercantilização da educação e a desconstrução da formação profissional de várias profissões, inclusive o Serviço Social. A educação crítica e capaz de tirar a pele de cordeiro do capital nunca foi preocupação do Estado brasileiro e nem de nenhum Estado capitalista, pois, mesmo em momentos de “Estado ampliado” esse nunca renegou a sua essência, a de escudeiro mó do capital.

O campo da educação torna-se um alvo da burguesia industrial, que o enxerga como mercadoria-educação. E, por outro lado, há a oferta dos serviços educacionais, principalmente em instituições de ensino privada, formando quadros adestrados para responder as requisições impostas sem questionar, esvaziados da dimensão crítica, criativa e políticas e, os adequam a meros

executores de políticas, programas e projetos, ou ainda pior, apenas diplomam em grande escala os sujeitos, sem o mínimo de condições técnicas exigidas para a inserção no mundo trabalho.

É diante desse contexto de regressão e reorientação das políticas sociais e da formação profissional dos assistentes sociais que, torna-se tarefa fundamental e estratégica, pensar e defender a formação permanente, de acordo com a perspectiva crítica de educação defendida pelo Serviço Social. Com o avanço da formação em universidades privadas, tanto no nível de graduação como de pós-graduação, surgem as seguintes indagações. O processo de formação ofertada aos assistentes sociais nos cursos de pós-graduação lato sensu vem contribuindo para uma formação permanente, entendida como uma formação crítica e orientada a dar respostas às recrudescidas expressões da “questão social”, bem como, fortalecer o projeto profissional hegemônico da categoria profissional, ou vem formando quadros técnicos, desvinculados da dimensão crítica? A formação profissional ofertada nos cursos de pós-graduação lato sensu de instituições de ensino privada vem contribuindo para o processo de formação permanente no Serviço Social ou apenas vem diplomando especialistas sem condições objetivas de inserção no mercado de trabalho?

Esse é o cenário e as inquietações que suscitaram o interesse em desenvolver a pesquisa ora apresentada.

1. DESENVOLVIMENTO

1.1 Educações para além do capital: educação-mercadoria e mercadoria-educação ou educação emancipatória?

Falar de educação no seu sentido ontológico, seu caráter emancipador e sua relação direta com o trabalho numa sociedade baseada em relações mercantis, soa até como um discurso utópico. Mas, de certa forma, a utopia funciona como uma mola propulsora, fundamental para vislumbrar novas possibilidades, um mundo possível que deve ser construído pelos homens. De fato, é difícil enxergar as potencialidades da educação, uma vez que esta está condicionada à lógica mercadológica, sua materialização no mundo moderno

não vem se realizando fora do eixo capital-exploração-mercadoria-capital. Para Mészáros (2008),

[...] uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança.

Mas, sem acordo sobre esse simples fato, os caminhos dividem-se nitidamente. Pois caso não se valorize um determinado modo de produção da sociedade como o necessário quadro de intercâmbio social, serão admitidos, em nome da reforma, apenas alguns ajustes menores em todos os âmbitos, incluindo o da educação (MÉSZÁROS, 2008, p. 25).

O autor marxista chama atenção para o caráter incorrigível do modo de produção e acumulação capitalista e que, historicamente, todas as estratégias de reformas, incluindo, na esfera da educação, não deram conta de abalar as estruturas do capital, tendo em vista que, por mais que os direitos sociais tenham como um de seus protagonistas a classe trabalhadora, tais direitos não fugiram da ordem do capital. Assim, a educação formal no modo de produção capitalista, serviu historicamente para formar quadros de trabalhadores qualificados para o trabalho, e como mecanismo de vigilância, conformação e aceitação da ideologia dominante. Assim, é de vital importância o alargamento do entendimento do verdadeiro sentido da educação, apreendendo-a como a própria vida, ou seja, um processo incessante de conhecimento e descobertas. Uma vivência e aprendizagem em todas as dimensões da vida social.

Assim, para o autor, a estratégia que deve ser adotada pelos que defendem e acreditam numa outra sociedade igualitária e sem a divisão em classe, é buscar romper com o domínio do capital, adotando medidas não apenas de ordem formal, mas de ordem essencial. Para o autor, educar é resgatar o sentido estruturante da educação e de sua relação com o trabalho, suas possibilidades criativas e emancipatórias (MÉSZÁROS, 2008).

Educação em seu sentido ontológico não pode ser vinculada a mercadoria ou condicionada para preparar mão de obra para apenas produzir mercadoria. É uma esfera da vida social que eleva a capacidade criativa do homem, é uma estratégia de superação da alienação. Pensar em estratégias para romper com essa lógica é alargar as fronteiras do conceito educação. É pensar a educação para além dos espaços formais de ensino. É buscar a legitimação de outros valores, é a resistência aos processos de negação das

diversas culturas e saberes. A educação no modo de produção capitalista reconta e distorce a história, nega, omite e obscurece os fatos. A educação nos moldes do capital deposita o “conhecimento” aceito hegemonicamente. A educação emancipatória desperta e aguça a curiosidade, valoriza o processo verticalizador ensino-aprendizagem-ensino.

A educação do capital condiciona e disciplina para o trabalhador. Impõe valores, costumes, internaliza a moral dominante. Faz o trabalhador negar sua própria história, suas raízes e crenças. A educação do capital coloca os homens numa arena de competição, onde os vencedores sempre serão os que conseguiram alcançar o alvo, fizeram a sua parte. Os que não conseguem significa que não se esforçaram tanto, não lutou. Assim, a educação do capital funciona como adestramento dos fortes e punição dos fracos

Se muita coisa mudou nos dias atuais, no entanto, essas mudanças não foram suficientes para abandonar o caráter repressor, moralizador e ideologizador da educação do capital.

A fase conhecida como anos de ouro do capital é conhecida também como a fase de consolidação das políticas sociais. A realização das políticas sociais naquele período do capital demonstrou de fato o processo de amadurecimento da luta política da classe trabalhadora, sobretudo, demonstrou a capacidade estratégica política do capital em avançar no seu processo de acumulação. O que se quer deixar claro nessas poucas linhas é que, as políticas sociais implementadas com os chamados Estados de Bem Estar Social, incluindo as políticas de educação, não romperam com a estratégia econômica do capital. O avanço no processo de formação profissional nesse período foi bastante vantajoso para o capital para o aumento do domínio do capital no mundo. Assim, para se pensar outra educação, uma “educação para além do capital” é:

[...] preciso ser confrontado e alterado fundamentalmente [...] *todo* sistema de *internalização*, com todas as suas dimensões, visíveis e ocultas. Romper com a lógica do capital na área da educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de *internalização* mistificadora por uma alternativa *concreta* abrangente (MÈSZÁROS, 2008, p.47).

É seguindo essa linha de raciocínio que o autor chama atenção para a importância de se pensar a educação atrelada ao trabalho. Para ele, “a

autoeducação de iguais e a autogestão da ordem social reprodutiva não podem ser separadas uma da outra” (MÈSZÀROS, 2008, p.74). Para o autor, a educação em seu sentido ontológico, permite o homem de se reconhecer no seu trabalho. Que suas capacidades criativas se desenvolvam e caminhe juntamente com um trabalho livre da alienação, da exploração. Ou seja, o processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza, ao mesmo tempo, modifica sua própria natureza (MARX, 1988). Uma sociedade em que todos trabalhem num tempo e quantidade adequada para que os homens possam desfrutar de outras atividades criativas, lúdicas, prazerosas. Onde os homens possam desfrutar o ócio. Pensar a educação permanente é pensá-la para além da escola, da moldagem do conhecimento pelo capital, pois, segundo Neves (2008):

A escola dividida em níveis e modalidades é inerente à hierarquização que se estabelece na produção efetivamente capitalista de mercadorias, de natureza flexível, baseada na variação do trabalho e na própria especificidade da produção da vida em formações sociais que se ocidentalizam. Desde os seus primórdios, portanto, a escola detém uma dupla e concomitante finalidade – a formação técnica e a conformação ético-política para o trabalho/vida em sociedade –, que vai se metamorfoseando de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e com as mudanças nas relações de produção, nas relações de poder e nas relações sociais gerais, para que possa garantir ao mesmo tempo a reprodução material da existência e a coesão social (NEVES, 2008, p. 24).

Diante dessas resumidas linhas, percebe-se que o conceito de educação que defendemos não é uma educação-mercadoria e nem a mercadoria educação.

Sobre esses dois conceitos referidos, Rodrigues (2007) chama atenção para o avanço do processo de mercantilização da educação superior, em todos os níveis, incluindo, a pós-graduação. “A educação foi ao Shopping Center”, diz o autor. Nesta sociedade, a educação vem perdendo seu *status* de esfera de aprendizagem, parte indissociável da existência do homem, da própria vida. Tornou-se um negócio altamente lucrativo para o capital, tanto como um serviço prestado, vendido, ou como um insumo útil à produção de uma mercadoria. Para o autor, na sociedade da busca desenfreada por lucros:

Existem duas formas básicas de a burguesia, isto é, o capital, encarar a educação escolar: educação-mercadoria ou mercadoria educação. Cada uma dessas perspectivas se liga diretamente à forma que o capital busca a autovalorização e cada uma delas é face de uma

mesma moeda, ou seja. São formas sob as quais a mercadoria se materializa no campo da formação humana (RODRIGUES, 2007, p.5).

Assim, se a educação estiver subordinada aos interesses do capital comercial, essa será tratada como educação-mercadoria, ou seja, o capital se valoriza através da venda serviços educacionais. Se estiver subordinada ao capital industrial, será tratada como mercadoria-educação. Será uma estratégia do capital industrial como meio de produzir mais mercadorias.

Sobre a educação-mercadoria, a oferta dos serviços educacionais é acompanhada da lógica de redução do controle estatal. A iniciativa privada fica a cargo de fornecer os serviços educacionais, onde nem sempre a qualidade do serviço prestado é um dos objetivos. Isso é visível claramente no Brasil desde a Ditadura Militar, onde houve uma reforma da Educação Superior, a qual privilegiou a iniciativa privada. Observa-se que, a evolução da educação superior desde a Ditadura, foi acompanhada da lógica mercantil. Para Neves (2007), a educação é marcada pela diferenciação no acesso aos tipos de formações ofertadas na educação brasileira:

[...] ao longo do período 1964-1985 e amparados na legislação vigente, os empresários educacionais e a Igreja Católica continuaram a ter um papel importante na formação de tipo propedêutico ao ensino superior, facilitando a passagem dos filhos das frações superiores das camadas médias e da burguesia em geral do ensino de 2º grau à educação superior. Aos filhos dos trabalhadores e das camadas inferiores da classe média, frequentadores da rede pública do 2º grau, essa passagem ficou praticamente interdita pela insuficiência na sua formação geral decorrente da profissionalização compulsória desse nível de ensino. As opções desses grupos ficaram restritas aos cursos superiores ministrados em instituições isoladas, aos cursos oferecidos pelo ramo tecnológico, ao sistema de formação gerenciado pelo empresariado (Sistema S) ou, ainda, ao ingresso direto no mercado de trabalho (NEVES, 2007, p. 47).

O Estado legitima e cria mecanismos para dar continuidade à concepção da educação de qualidade para os ricos, enquanto isso, os trabalhadores são “educados” para serem explorados em trabalhos que não exigem maiores investimentos intelectuais. Essa realidade vem se acentuando com o avanço da precarização da formação profissional, principalmente pelo sucateamento das universidades públicas e avanço da modalidade EAD e crescimento exponencial das Instituições de Ensino Privadas.

É notório que nos últimos anos houve uma expansão no acesso à educação superior. Historicamente o acesso à educação superior sempre se deu

de forma elitizada, a criação desses programas contribuíram para parcelas da classe trabalhadora se inserir no âmbito universitário. Porém, o aumento de alunos inseridos no ensino superior não se deu majoritariamente pelo crescimento de instituições públicas no país, não houve uma preocupação do Estado em investir na qualidade e expansão da educação pública, ao contrário, fortaleceu e legitimou as instituições privadas de ensino superior.

Segundo as Notas Estatísticas do Censo da Educação Superior de 2016, há a continuação do avanço das IES privadas no Brasil. São 2.407 IES, das quais, 2.111 são privadas e 296 são públicas. Ou seja, 87,7% das instituições de educação superior são privadas. Isso reforça a tese de que a educação no Brasil tornou-se um mercado em crescimento.

Não podemos deixar de considerar os avanços no campo da educação com a promulgação da Constituição Federal de 1988, porém, seguindo as exigências dos organismos internacionais, sobretudo, a partir da década de 1990, o que se tem observado é um direcionamento na política educacional marcada pela focalização, privatização e redução de investimentos. Se há de fato, hoje, uma educação no e para o capital, urge avançarmos numa formação permanente, universal, para além da sala de aula, para além do capital. Essa tarefa é urgente, dado que:

A educação é permanente não porque certa linha ideológica ou certa posição política ou, ainda, algum interesse econômico o exijam, mas, sim, porque é própria da condição do humano. A formação e a educação são permanentes na razão, de um lado, de finitude do ser humano e, de outro, da consciência que este tem da sua finitude [...]. a educação, como formação, como processo de conhecimento, de ensino e de aprendizagem, foi incorporada na vida dos seres humanos, à sua natureza. Não é possível ser gente sem se achar estranhado numa certa prática educativa (FERNANDES, 2016, p. 25).

Portanto, pensar a educação permanente, é pensar uma educação para além do espaço formal de educação. É considerar o trabalho, o espaço de trabalho, a atividade política, o cotidiano, é a vida sendo construída e reconstruída.

1.2 Formação profissional permanente em Serviço Social: um projeto em construção ou em desconstrução?

Falar da formação permanente do Serviço social em um dos espaços possíveis para esse processo não é muito fácil, uma vez que estamos falando de uma pós-graduação *lato sensu*, em Universidade Privada e com pouquíssimos estudos sobre essa temática. Espaços de formação profissional como esse, carregam algumas complexidades que merecem serem analisadas. Na contemporaneidade, a educação no Brasil vem sofrendo com mais intensidade os ataques da ofensiva neoliberal, o que vem trazendo impactos seríssimos em projetos coletivos de formação profissional que estão preocupados com a qualidade da formação, que busca formar profissionais comprometidos com outra sociabilidade, onde a liberdade seja de fato uma realidade e não impere a alienação e nem a coisificação das relações sociais. A educação deve assim, proporcionar ao homem a possibilidade deste se reconhecer como sujeito criativo e enxergar na sua produção o fruto do seu trabalho. Onde não haja um estranhamento do sujeito sobre o objeto.

As mudanças avindas com a luta do capital em superar a crise desde a década de 1970 vêm reorientando o mundo do trabalho e as políticas sociais, para não serem entraves à realização do mais valor, do lucro do capital. Vivemos dias sombrios, onde os poucos direitos que restam estão sofrendo uma verdadeira regressão na qualidade. A educação ofertada não vem descolada dos interesses de obtenção de lucros dos grandes capitalistas, sejam eles, capitalistas financeiros ou industriais. Temos de um lado, uma universidade moldada para o avanço da tecnologia para produzir mais valor e, é nesse cenário que observamos no Brasil, o processo de modernização sistêmica, “um período de real reestruturação produtiva, ou seja, de adoção de estratégias de caráter mais global” (RODRIGUES, 2007, p14). Assim, é moldado o:

[...] cenário social, político e econômico que, primeiramente, os industriais reorganizaram o discurso com o objetivo de tornar a sociedade brasileira numa *economia competitiva*. Para a burguesia industrial, tudo precisaria ser repensado, todas as estruturas sociais necessitariam ser (re) conformadas aos novos desafios, inclusive a mercadoria-educação superior, encarada por essa fração da burguesia como um “insumo” ao processo produtivo, isto é, o insumo necessário à expansão do seu negócio (RODRIGUES, 2007, p. 14-15).

Por outro lado, a burguesia comercial busca sua fatia do bolo, avançando no processo de mercantilização da educação e transformando uma dimensão da vida social em serviços a serem vendidos de acordo com o mercado consumidor.

Daí tem ofertas de cursos de todas as formas, desde os mais baratos aos mais caros, presencial, semipresencial e à distância, com qualidade, pouca qualidade e nenhuma qualidade.

É diante desse contexto desolador que o Serviço Social manifesta-se em defesa de uma formação permanente, compromissada com a defesa da formação profissional dos assistentes sociais e com o projeto ético político hegemônico da categoria profissional. Se o espaço formal de ensino não é único espaço de formação permanente, este é um espaço privilegiado, pois, é (ou deveria ser) um espaço que estuda, ensina e pesquisa.

Assim, em 2012, o conjunto CFESS/CRESS lança a Política de educação permanente, a qual deve ser compreendida no:

[...] contexto histórico, político e econômico, considerando as transformações societárias e os interesses vigentes das classes sociais, tendo em vista que estas transformações vêm influenciando o trabalho, a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS educação e a formação profissional no século XXI (CFESS, 2012, p. 19).

A formação profissional defendida pelo Conjunto CFESS/CRESS recusa a máxima da formação continuada, onde há uma ênfase na tecnificação, na conformação para o capital, desnudada da criticidade, da apreensão da realidade contraditória e mutável. Pensar, defender e implementar essa estratégia política da categoria profissional é fazer frente ao processo de precarização da formação em Serviço Social, é pensar uma formação permanente desde a graduação.

Nos últimos anos houve um avanço considerável na procura pelo curso de Serviço Social no Brasil, um fenômeno que demonstra um reconhecimento dessa profissão, inclusive, diante da demanda por esses profissionais, com o avanço de algumas conquistas sociais², mas também, um crescimento inchado dos cursos de Serviço Social, descolado da qualidade, como é caso dos cursos EAD.

Segundo os dados do Censo da Educação Superior, de 2016, em 2011 o Serviço Social ocupava a 6ª posição no *ranking* de curso superior com os

² A implantação do Sistema único de Assistência Social, em 2005, caracterizou como um dos campos de atuação que contribui para absorver a mão de obra de Assistentes Sociais no Brasil, ainda que, em sua maioria, seja contratos precários de trabalho.

maiores números de matrículas, ou seja, nesse ano foram 143.198 matrículas. E com relação à conclusão, ficou em 7ª posição. Em 2012, ficou em 7ª posição no número de matrículas e, em 7ª lugar no número de concluintes. No ano de 2013, ficou em 8ª posição no número de matrículas e, em 7ª posição no número de concluintes. No ano de 2014, ocupou a 9ª posição no número de ingressos no curso, e em 7ª posição no número de concluintes. Em 2015, ficou em 9ª posição no número de matrículas e, em 7ª posição no número de concluintes. Em 2016, ficou em 10ª posição no número de ingressantes no curso e, em 8ª posição no número de concluintes.

Já com relação à educação a distância, os dados do Censo da Educação Superior 2009 (BRASIL, 2010), demonstra que o curso de Serviço Social na modalidade EAD ocupou o 3º lugar nos cursos de bacharelado no ano de 2009, com um número de 68.055 matrículas, ficando atrás apenas da Pedagogia (286.771 matrículas) e Administração (228.503).

Esses dados são importantes para ter uma dimensão de quanto essa profissão cresceu nos últimos anos e, também, para refletirmos sobre os desafios à formação permanente e de qualidade, diante de toda ofensiva neoliberal, que não só atinge o Serviço Social, mas ao sistema de educação brasileiro em todas as modalidades de ensino. Para o Serviço Social, esse ataque traz sérios rebatimentos, inclusive no trabalho profissional. Esses profissionais lidam no seu cotidiano profissional com as múltiplas expressões da questão social. Uma formação sem qualidade não fornecerá um conhecimento adequado para esses atuarem numa perspectiva de totalidade. Com essa precarização na formação, o trabalho desses profissionais pode cair na rotina, responder às meras requisições institucionais, com uma atuação pragmática, rotineira e descompromissada com os valores do projeto profissional hegemônico.

1.3 Formação permanente no Serviço Social. Por que e para quê? Reflexões a partir da apreensão de assistentes sociais acerca dos desafios e da contribuição do Curso de Especialização em Políticas Sociais da UNIGRANRIO à formação permanente no Serviço Social diante do avanço do ideário liberal de educação-mercadoria

A pesquisa ora apresentada foi realizada com 13 assistentes sociais matriculadas e cursando a Especialização em Políticas Sociais, do ano de 2016.¹³, do Programa de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, da universidade UNIGRANRIO e visa apreender os desafios e a contribuição do curso de Especialização em Políticas Sociais para a formação permanentes de assistentes sociais. Para alcançar esse objetivo, foi analisados o perfil socioeconômico, a inserção no mercado de trabalho, a participação política, e as respostas das profissionais, acerca da contribuição do curso para a sua formação permanente.

A maioria das assistentes sociais entrevistadas e que responderam o questionário, são moradora da Baixada Fluminense. 61.5% moram na Baixada Fluminense, 38.5% moram na cidade do Rio de Janeiro. Com isso, observa-se que o fator moradia pode ter influenciado a decisão de cursar a Especialização na universidade UNIGRANRIO, tendo em vista que, o curso fica localizado no município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Associado a isso, na entrevista, foi constatado que 69.7% das entrevistadas são egressas do Curso de Serviço Social da UNIGRANRIO. As demais (30.3%) foram formadas em instituição de ensino superior pública. Aqui merece uma observação importante, pois esses dados ratificam as informações apresentadas atrás, onde destacam o empresariamento da formação profissional ao longo dos anos, fator esse corroborado também por políticas educacionais do governo federal, alinhadas aos interesses empresariais, a exemplo o Programa Universidade para Todos - PROUNI e Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, associado ao desmonte das universidades públicas com as contrarreformas neoliberais.

Com relação à composição familiar, 46% tem composição familiar de 02 pessoas, 23% de 04 pessoas, 23% moram sozinhas, 7.7% com 03 pessoas. Essa realidade da composição familiar das entrevistadas acompanha as mudanças dos tipos de família no Brasil. Segundo o Portal G1, de 2005 a 2015,

³ A turma era composta 18 alunos: duas advogadas, uma dentista, uma administradora e 14 assistentes sociais. Como a pesquisa refere-se ao estudo sobre educação permanente no âmbito do Serviço Social, a pesquisa só teve como universo, as assistentes sociais inseridas nesse curso de Pós-graduação.

houve uma queda no número de casais com filhos, de 50.1% para 42.3% e um aumento de casais sem filhos, de 15,2% para 19,9%. Houve também uma redução no número de mulheres sem cônjuge e sem filhos, de 18,2% para 16,3%. O número de pessoas morando sozinha também apresentou um aumento de 10,4% para 14,6% dos anos de 2005 a 2015.

Como se observa, a composição familiar das entrevistas segue às mudanças demográficas e sociais dos últimos anos no Brasil. Enquanto a taxa de fecundidade caiu de 2,38 filhos por mulher em 2000 para 1,9 em 2010, neste mesmo ano, as mulheres também foram apontadas como maioria entre os estudantes universitários de 18 a 24 anos - 57,1% do total.

Sobre a participação na vida econômica de sua família, no total, 84,6% destas profissionais trabalham, sendo, 30,8% como assistente social e, 53,8% em outras áreas. Das que estão trabalhando (tanto como assistente social, como em outras áreas), 53,8% são responsáveis pelo sustento da família e 23,1% trabalham, mas não têm independência financeira. Das que não trabalham; 7,7% têm seus gastos custeados por familiares e, 7,7% não trabalham e é independente financeira, mas não informaram de donde tiram a renda para serem independentes financeiramente.

A renda familiar da maioria das entrevistadas (53,8%) é de 4 a 6 Salários Mínimos, seguidos de até 03 salários mínimos (38,5%) e de 7 a 9 salários mínimos (7,7%).

Diante desses dados pode se contatar que esse breve perfil socioeconômico dessas profissionais revelam que a maioria é composta por alunas trabalhadoras e não estão atuando na área de Serviço Social e são as responsáveis pelo sustento da família.

Com relação à carga horária das profissionais que atuam como assistente social, observamos que a carga horária da maioria é superior às 30 horas conquistadas formalmente pela categoria profissional, revelando assim, que ainda há um longo caminho entre o que está definido em lei e que o que vem ocorrendo. A jornada extensa de trabalho impede o profissional de participar de outros espaços de grande potencial para a materialização da formação permanente. Como se vê, é uma realidade complexa e difícil para essas profissionais, mas, para as profissionais que atuam em outras áreas, as quais

cumprem uma carga horaria é de 44 horas semanais, a situação ainda é pior, pois nem estão atuando ou fazendo aquilo que qualificaram na graduação.

Na fala de uma das entrevistadas, afirma que, pelo fato do profissional ter que trabalhar, não pode dedicar muito tempo aos estudos, o que acaba impedindo de se inserir numa pós-graduação numa instituição pública. Segundo ela, não há como um profissional que trabalha ter o mesmo desempenho e nem disponibilidade de estudar igual aos que saem direto da graduação para uma pós-graduação. Na fala da entrevistada há o retrato da realidade brasileira. Infelizmente, a maioria dos trabalhadores, quando conseguem se inserir na universidade, essa inserção se dá via universidade privada. Se tratando de dar continuidade aos estudos, essa realidade piora, pois, a maioria, busca o curso superior para se inserir no mercado de trabalho. Ao conseguir se formar e se inserir no mercado de trabalho, muitos vão sendo levados pela rotina exaustiva de trabalho e acabam deixando de lado a continuação dos estudos. O outro lado da moeda é ainda mais perverso. Muitos concluem o curso superior e não conseguem emprego e vão buscando estratégias de sobrevivência em trabalhos precários, que não dão condições objetivas para os profissionais continuarem estudando.

Nesta pesquisa, constatou-se que somente 04 estão atuando na área de Serviço Social, 07 estão empregadas em outras áreas e 02 estão desempregadas. Ou seja, temos apenas 30,8% atuando como assistente social e, 69,7% sem estar atuando na profissão que se formou. Assim, para essas profissionais que não estão atuando fica inviável “desenvolverem progressivamente, saberes gerados e baseados no próprio processo de trabalho” (MAGALHÃES, 2016, p. 93). O espaço de formal de ensino, portanto, se torna uma considerável alternativa para avançar no processo de educação permanente, associado à qualificação para o mercado de trabalho, uma vez que não podemos esquecer que os assistentes sociais são trabalhadores e que precisam vender sua força de trabalho para sobreviver. Portanto, tanto o reforço na defesa da educação permanente nos espaços formais de ensino, como o enfrentamento da questão do desemprego devem ser tratadas no Serviço Social com muito compromisso, pois, são fenômenos vitais para se pensar o futuro da profissão.

Quanto à importância do Curso de Especialização em Políticas Sociais para a Política de Educação Permanente defendida pelo Serviço Social, a maioria informou que o termo “educação permanente” é algo novo pra elas. Disseram que na visão delas, “educação permanente” e “educação continuada” são sinônimas.

Apesar de o conceito ser novo para as profissionais, a maioria conseguiu em suas falas, tratar de vários elementos da educação permanente defendida pelo Serviço Social. As profissionais entendem que a educação permanente se faz em articulação entre os espaços de trabalho, a academia, nas capacitações, na atividade política e áreas afins. Assim, educação é algo que faz parte da vida social, é um processo em vida, uma roda incessante de construção de saberes, ou seja, a educação, “é uma prática social, portanto, requer interação entre os sujeitos e destes com a sociedade, nesse aspecto é formação” (CFESS, 2012, p. 9).

Diante disso, a educação permanente se contrapõe à lógica da educação continuada, pois, além de valorizar outros espaços como *locus* privilegiados de se desenvolver a educação permanente, também se contrapõe ao ideário mercadológico que vem avançando nos espaços formais de formação superior. Assim:

A Política de Educação Permanente se contrapõe à lógica instrumental abstrata, do chamado Capital Humano, tão difundido pelo modelo de acumulação flexível e reforçado no ideário neoliberal, que reduz a noção de formação continuada a um conjunto de treinamentos esparsos, para atender às demandas mais imediatas do mercado. Sob o argumento de valorização do conhecimento, exige-se do/a trabalhador/a processos contínuos de reciclagens e aprendizados que, nesta tese, os/as torna “aptos/as” a assimilar rapidamente novas formas de controle e gestão dos processos de trabalho, cada vez mais atomizados e fluidos, característicos da chamada produção flexível [...]. Esconde-se, sob a roupagem da suposta valorização do conhecimento, a possibilidade de ampliar o gerenciamento, o controle e os lucros dos processos de produção e reprodução ampliada do capital sobre o trabalho (CFESS, 2012, p. 22).

Diante do avanço do ideário de educação-mercadoria, faz-se necessário ter muita cautela por parte dos assistentes sociais e da categoria profissional a oferta de cursos de graduação e pós-graduação. Um assistente social comprometido com a qualidade do atendimento prestado ao público usuário e com a construção de outra sociabilidade igualitária, não deve buscar um curso

de qualificação profissional apenas para tecnificar a sua mão de obra, mas, ampliar o horizonte do conhecimento e orientá-lo para a luta contra todo tipo de exploração e alienação.

Na ótica das entrevistadas, o curso a qual estão inseridas vem dando conta de ampliar o conhecimento sobre as contradições, a complexidade e os níveis de exploração da sociedade capitalista, bem como, tem possibilitado a elas, um arcabouço teórico para avançar no seu processo de qualificação profissional crítica. Inclusive, durante as entrevistas, a maioria afirmou que vão buscar outros espaços de formação permanente. A maioria afirmou que pretende cursar outra pós-graduação (76,9%).

Com relação à atividade política, 76,9% não participam de atividades política, mas afirmaram que estão sempre sendo incentivadas pelos professores a participarem desse tipo de atividade, a qual também expressa um espaço de educação permanente. A atividade política fortalece a luta de classe, o sentimento de pertencimento à classe trabalhadora. É uma arena capaz de influenciar decisões política que repercutirá na estrutura econômica do país, contribuindo assim, para o avanço de projetos contra hegemônicos e disputa pela direção do Estado brasileiro.

Quanto à interlocução da matriz curricular do Curso de Especialização em Políticas Sociais da UNIGRANRIO com a perspectiva de formação defendida pelo Serviço Social, a maioria informou que não tem muita clareza acerca do conteúdo das Diretrizes Curriculares, o que indica uma deficiência na graduação, com relação ao ensino sobre as Diretrizes Curriculares. A maioria (69,24%) tinha menos de três anos de formadas, ou seja, esse é um período muito curto para esquecer o conteúdo das Diretrizes Curriculares.

Com relação à matriz curricular do curso, a maioria apontou como deficiência alguns pontos que merecem algumas reflexões, entre eles, as matérias ofertadas a distancia (EAD). A resposta de todas a respeito das disciplinas ofertadas a distância foi unânime: “não contribuiu em nada”. O avanço na formação EAD no Brasil vem sendo uma estratégia de expansão de mercado, reforçando o ideário de educação-mercadoria, descolada do compromisso com a qualidade do ensino. O objetivo é claro: lucratividade com poucos investimentos, uma vez que, contratam-se poucos professores, além de pouco

investimento com manutenção com infraestrutura (salas, acesso à informática, apoio técnico, dentre outros). No Serviço Social, essa realidade traz muitos prejuízos, tanto à formação profissional quanto à qualidade dos serviços prestados pelo profissional. O assistente social é um profissional que trabalha diretamente com a população, se utiliza da linguagem, o instrumento por excelência do assistente social. Assim, a interação em sala de aula com os demais profissionais, com os professores; o contato com o material, ouvindo as explicações do professor, são momentos de vital importância para o desenvolvimento profissional e indispensável à formação permanente dos assistentes sociais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve com principal objetivo analisar a partir da apreensão das assistentes sociais inseridas no Curso de Especialização em Políticas Sociais do Programa de Pós-Graduação da UNIGRANRIO, quais princípios metodológicos norteadores da formação profissional nesse curso de especialização, e sua contribuição para a formação de assistentes sociais, no que tange a educação permanente defendida pelo Serviço Social. O que se pôde apreender com a pesquisa realizada com as assistentes sociais inseridas no supracitado curso é que, são muitos elementos para considerar numa análise para entendermos a complexidade em dar continuidade à formação permanente na academia, marcada pela forte presença do mercado comercial e por uma política educacional moldada pelos interesses neoliberal. Assim, a luta pelo o lucro se cruza com a luta pela qualidade do ensino e da formação. Nesta luta de classe, há alguns sujeitos protagonistas dessa queda de braço: os estudantes que estão comprando os serviços educacionais, a universidade privada e os profissionais que trabalham nesse espaço e que desenvolvem e implementam o curso. Assim, estamos diante de vários interesses em disputas.

Assim, pôde se constatar que a maioria dos profissionais que participou da pesquisa não está atuando na área de Serviço Social, e buscou o curso tanto para se inserir no mercado de trabalho, como também, para aprofundar o conhecimento, pois há uma clara preocupação com a qualidade na sua formação

e em uma futura atuação profissional. São na sua grande maioria, profissionais apenas com a graduação e com pouca participação política, mas que tem consciência da importância dessa dimensão para a materialização da formação permanente. São profissionais que por não estarem atuando na área de Serviço Social, estão em outras ocupações, fator esse que contribui para dificultar a participação política e a não inserção em cursos de pós-graduação em universidade pública, devido a carga horária de trabalho. A renda e o desconto na mensalidade também foram determinantes para continuarem os estudos.

Com relação aos princípios metodológicos orientadores da matriz curriculares do Curso, segundo os dados analisados, o Curso de Especialização em Políticas Sociais vem conseguindo materializar a política de educação permanente no Serviço Social, no entanto, o curso não é munido de interesses do capital comercial, fator esse que se expressa na inclusão de matérias EAD, principalmente.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.

BRASIL. **Censo da Educação Superior 2016**: Notas Técnicas 2016. Brasília (DF), 2016. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2017.

CFESS; CRESS. **Política de Educação Permanente**. Brasília (DF), 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. Brasília (DF), 2014.

FERNANDES, Rosa Maria Castilho. **Educação Permanente e Políticas Sociais**. Campinas, SP: Papel Social, 2016. (Coleção Didática do Serviço Social).

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

MÉSÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RODRIGUES, José. **Os Empresários e a Educação Superior**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SIMÕES, Pedro. **Assistentes Sociais no Brasil**: um estudo a partir das PNADS. Rio de Janeiro: E-PAPER, 2012.

VELASCO Clara. . **Em 10 anos, Brasil ganha mais de 1 milhão de famílias formadas por mães solteiras**: nº absoluto aumenta entre 2005 e 2015, mas o percentual em relação a todos os tipos de família é menor, já que houve aumento de casais sem filhos e de pessoas morando sozinhas. Maior escolaridade entre mulheres e menores taxas de fecundidade estão entre os motivos. Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/noticia/em-10-anos-brasil-ganha-mais-de-1-milhao-de-familias-formadas-por-maes-solteiras.ghtml>>. Acesso em 03 mar. 2018.